

ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA E DA TRANSFORMAÇÃO DE SÃO PAULO EM POLO DINÂMICO DO PAÍS

Aline Correia de Sousa Colantuono¹
alinecsousa@yahoo.com.br

Albino Fernando Colantuono
afcolantuono@gmail.com

Resumo: O Brasil passou por vários ciclos econômicos: enquanto o cultivo da cana de açúcar se estabeleceu em boa parte da costa nacional; as diferentes regiões brasileiras se articularam por meio da extração do ouro em Minas Gerais. Já o café surgiu e impactou os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo de modos diferentes. Mas, foi em São Paulo que o “capital cafeeiro” não só formou uma indústria eficiente e com alta produtividade, como desenvolveu uma agricultura mercantil capaz de abastecer, em grande medida, a própria economia paulista. Dessa forma, o objetivo deste artigo é fazer uma breve análise da história econômica brasileira, a fim de entender o advento da concentração produtiva em São Paulo. Para tanto, usou-se da pesquisa explicativa, bibliográfica e qualitativa.

Palavras-chave: Diferenças regionais. Processo histórico. Economia paulista.

ANALYSIS OF BRAZILIAN SOCIOECONOMIC FORMATION AND OF TRANSFORMATION OF SÃO PAULO IN DYNAMIC POLO OF THE COUNTRY

Abstract: Brazil has gone through several economic cycles: while the cultivation of sugar cane was established on the national coast; the different Brazilian regions were articulated through the gold's extraction in Minas Gerais. Finally, the coffee came and impacted the states of São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro and Espírito Santo in different ways. But it was in Sao Paulo that the "coffee capital" formed not only efficient and highly productive industry, such as developed an agriculture market capable of supplying the actual state economy. Thus, the purpose of this article is to make a brief analysis of the Brazilian economic history in order to understand the advent of productive concentration in São Paulo. Therefore, it was used the explanatory literature and qualitative research.

Key-words: Regional differences. Historical process. São Paulo's economy.

1 Introdução

A “[...] formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações, que existem de forma necessariamente articulada: a) o conjunto das interações homem-meio; e b) o conjunto das interações homem-homem” (MOREIRA, 2007, p. 65). Portanto, o espaço deve ser pensado como a forma de organização da produção e da sociedade, ou seja, ele é a manifestação concreta das relações sociais entre o homem e a natureza. Assim, quando a natureza é transformada pelo trabalho humano, tem-se a formação do espaço. Dessa forma, entender a organização do espaço é entender as relações de trabalho na sociedade.

O debate sobre como os espaços são ocupados, como se formam as localidades é relevante no tocante às políticas públicas de desenvolvimento regional. Por que distintas regiões apresentam diferenças marcantes dentro de um mesmo território nacional? Como as

¹ Economista pela UNI-FACEF, mestre em economia pela FCLAR/UNESP, doutoranda em desenvolvimento econômico pelo IE/UNICAMP e professora de economia na FATEC.

diferenças historicamente construídas influenciam na concentração de determinada atividade econômica?

O Brasil, fruto da expansão comercial europeia, teve uma colonização de exploração que marcou as localidades. Essa forma de colonização, diametralmente oposta à colonização de povoamento, é uma das razões que explicam tanto o subdesenvolvimento do país, como as desigualdades de cada região brasileira.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é fazer uma breve análise da história econômica brasileira, a fim de entender o advento da concentração produtiva em São Paulo. Para tanto, usou-se da pesquisa explicativa, bibliográfica e qualitativa para analisar os seguintes pontos: (i) o sentido da colonização brasileira e o início da articulação entre as diferentes regiões do país; (ii) a relação entre a economia cafeeira e a industrialização e (iii) a economia paulista como lócus integrador da economia nacional.

2 A Formação Socioeconômica do Brasil e a Articulação do Mercado Interno

Antes do século XV, a expansão marítima dos países europeus se restringia ao Mar do Norte, passando pelo estreito de Gibraltar, até chegar ao Mar Mediterrâneo. Com a revolução dos meios de transporte por mar e da arte de navegação, deu-se início à conquista do oceano. Os pioneiros foram os portugueses e os espanhóis, visto que estavam melhores situados geograficamente. Logo depois, eles foram seguidos pelos franceses, ingleses e holandeses. Nesse sentido,

[...] Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. [...]. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 22-23).

Para Moraes (2008), a maneira pela qual a organização sociopolítica de cada Estado projetou-se nas instituições coloniais foi bastante particularizada. No caso holandês, os grandes empreendimentos eram totalmente privados, ao passo que as iniciativas espanholas foram integralmente impulsionadas pelo Estado. Já nas colônias portuguesas e inglesas manifestaram-se as atividades mistas, nas quais, não se distinguia facilmente a ação privada e a ação estatal. Em qualquer situação, “[...] a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das populações encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados.” (MORAES, 2008, p.65).

Após a descoberta das terras americanas, os espanhóis foram os primeiros a colher os frutos da colonização, ou seja, o ouro acumulado pelas velhas civilizações mexicanas e pelo altiplano andino. Porém, devido à pressão das demais nações europeias sobre as terras que não foram efetivamente ocupadas pelos espanhóis e portugueses, os primeiros, de um lado, cederam à pressão dos invasores e tiveram que reduzir o perímetro do seu “quinhão” para garantir a sua defesa. Por outro lado, coube a Portugal encontrar uma utilização econômica para as suas terras que não fosse a fácil extração de metais preciosos, o que resultou no início da exploração das terras brasileiras, por meio da produção de açúcar para exportação. Desse modo, a maior preocupação no primeiro século da história americana foi em torno da ocupação, do uso e da manutenção das terras conquistadas (FURTADO, 1989).

No século XVI, o Brasil inseriu-se, no contexto do capitalismo, como uma economia colonial estruturada a partir de três elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Esses elementos foram imprescindíveis para promover o comércio de gêneros tropicais entre a colônia e a metrópole; pois, uma vez que se objetivava negociar um produto lucrativo destinado ao mercado externo, e o Brasil, ao contrário das colônias espanholas não dispunha naquele momento de metais preciosos para oferecer ao colonizador, somente o cultivo, em larga escala e baseado em trabalho escravo, promoveria a acumulação primitiva de capital (PRADO JÚNIOR, 1994).

Essa forma de inserção na economia mundial será crucial na definição da formação dos aglomerados populacionais, da ocupação do território e do modo de produção que aqui se estabeleceu, notadamente em São Paulo, foco deste artigo.

Para a implantação de algum produto agrícola lucrativo na colônia havia a necessidade de se ter conhecimento das técnicas a serem utilizadas e da demanda do produto. Não bastava produzir eficientemente o produto na colônia, era preciso ter um mercado com dimensões razoáveis para explorar a comercialização.

Portugal já havia adquirido experiência no plantio de cana e na fabricação do açúcar em Cabo Verde. Com isso já desenvolvera uma indústria de equipamentos no continente, e associada ao conhecimento da costa africana, fornecedora de mão de obra escrava, possibilitava a implantação da indústria açucareira no Brasil com a finalidade da ocupação efetiva do território.

Vários autores discutem o modo de produção e a mão de obra utilizada por Portugal na exploração do açúcar no Brasil. Importante essa discussão, já que dependendo da mão de obra escolhida, escrava, servil ou livre, haverá efeitos na ocupação do território e da formação das cidades e do mercado interno da colônia.

Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Jacob Gorender, Fernando Novaes e outros autores estavam preocupados em entender porque ocorreu a implantação da mão de obra escrava, especialmente, a africana em terras brasileiras para o cultivo da cana de açúcar. A discussão se deu tanto pela casualidade da circulação de mercadorias, como pelo modo de produção empregado nos engenhos da colônia.

Para Prado Júnior (1994), a circulação de mercadorias determinou o modo de produção instalado na colônia. O comércio exterior será o elemento balizador da economia colonial. A empresa açucareira instalada no Brasil será de grandes proprietários, pois não seria lucrativo em pequenas propriedades. E, também, pelo fato de o europeu só se dirigir ao Brasil para ser um “homem de negócios” e não para ser um empregado assalariado, Assim, haverá a inserção do trabalho escravo, primeiramente de nativos (ameríndios), e depois, devido à lucratividade dos engenhos de escravos africanos, que aumentavam os lucros da metrópole com o tráfico negro.

Furtado (1989) também assinala que a expansão comercial europeia determinou a colonização no Brasil, porém, devido à formação “cepalina” desse autor, ele buscou compreender como uma economia voltada para fora poderia se tornar em uma voltada para dentro. Celso Furtado estabeleceu distinções relevantes entre as colônias de povoamento e as colônias de exploração, e procurou analisar como a distribuição de renda pode ser o elemento decisivo na determinação do desenvolvimento das colônias.

Com visão circulacionista semelhante à de Caio Prado Júnior (1994), Furtado (1989) analisou a ocupação do Brasil como uma forma de defesa do território, e procurou inferir na análise a introdução da agricultura como uma sequência quase natural dos acontecimentos.

Através da circulação das mercadorias houve a introdução das técnicas e dos fatores de produção adequados ao funcionamento do mercado, ou seja, de uma economia concebida para produzir para fora. Para que isso acontecesse, a organização da produção deveria ser efetuada em grandes extensões de terra, que determinavam uma concentração de renda relevante na mão dos proprietários; monocultureira, com grandes produções e escravocrata, Celso Furtado (1989) acrescenta que o modo de produção escravista elevava os lucros e justificava sua inserção devido, ainda, à escassez de mão de obra em Portugal.

Observa-se tanto em Furtado (1989) como em Prado Júnior (1994) que o sentido da colonização foi concebido em uma forma de desenvolvimento econômico voltado para fora, extremamente concentrador de renda e riqueza, que, face ao seu caráter extensivo e predatório, impossibilitava a formação de um mercado interno no Brasil, justamente pela

forma de ocupação dispersa do imenso território e pelo modo de produção assentado na escravidão de povos africanos.

Gorender (2010) entende que o “Modo de Produção Escravista” não pode ser explicado pela circulação de mercadorias conforme Prado Júnior (1994) e Furtado (1989) apontaram, mas pelo fato de que esse modo de produção determinava a circulação de mercadorias, ou seja, a circulação de mercadorias era somente a realização monetária da produção.

Além disso, o novo modo de produção instalado na colônia, baseado na mão de obra escrava, não pode ser caracterizado como uma forma de capitalismo anômalo e muito menos como um sistema feudal. Para Gorender (2010), é a inter-relação do nível de desenvolvimento das forças produtivas, associadas ao modo de produção, que vai determinar a lógica do sistema.

Os elementos apontados pelos autores acima ajudam a caracterizar as formações sócio-espaciais do Brasil colônia: o modo de produção escravo que impede a formação do mercado consumidor; a localização de cada um desses espaços, que isolados um dos outros, eram arquipélagos regionais basicamente articulados em torno das atividades agrícolas, cuja ligação se dava exclusivamente com a metrópole, havendo insignificante comunicação entre as diferentes regiões.

Segundo Vianna (1999), a formação social brasileira no período colonial, devido ao sistema de sesmarias individuais, se mostrou bem dispersa e com caráter antiurbanizante, ao contrário da verificada nas colônias espanholas, que se fundamentava na propriedade comunitária da terra e na economia coletiva da produção. No Brasil, os engenhos de açúcar não só tinham, por lei, que manter a distância mínima de mil e quinhentas braças um do outro, como na zona dos currais de gado, na região dos sertões, concediam-se quadras de três léguas, com uma intermediária entre elas, onde era proibida a construção de moradias. Portanto,

[...] Em nossa formação social, a obra do desbravamento e aproveitamento da terra e da conquista e povoamento do vasto interior se fez sob o signo exclusivo da habitação isolada e dispersa – como a dos velhos germanos da Planície Saxônia. Nosso processo de povoamento e de colonização repelia a vivência em comunidade, o aglomerado de residências – a aldeia, em suma, tão comum e generalizada no povoamento da Europa e também no povoamento da América pelos espanhóis (VIANNA, 1999, p. 138).

Uma vez estimulada a dispersão e o isolamento, tornou-se difícil propagar a solidariedade social, a cooperação, a colaboração e a democracia no Brasil, características essenciais para o florescimento do espírito municipal e público. Tanto a formação

socioeconômica da população nacional se processou na individualidade, como o urbanismo colonial se fundamentou na política administrativa.

O açúcar foi por muito tempo o principal produto da colônia, porém, seu cultivo, embora implantado em várias regiões do país, somente prosperou no nordeste. O declínio dessa indústria ocorre somente após meados do século XVII, com a concorrência da produção antilhana financiada pelos holandeses, que foram expulsos do nordeste brasileiro logo após a volta do domínio português no território.

Com a derrocada da indústria açucareira nordestina, o Brasil viveu um período de baixíssimo crescimento econômico, que só se modificou com a descoberta de ouro em Minas Gerais. Esse novo produto integrou novamente a colônia ao capitalismo mercantilista internacional.

Todavia, a extração de ouro da economia mineira, diferentemente da produção açucareira nordestina, utilizava técnicas e alocação diferente da mão de obra. Essa diferenciação se manifestou na ocupação do território, que ao invés de distribuído no campo, possibilitou a formação de aglomerados urbanos.

Na economia mineira, era possibilitada a exploração por pessoas de recursos limitados, visto que não se exploravam minas tão grandes como as mexicanas e as peruanas e, sim, o metal de aluvião depositado no fundo dos rios, o que fez a população colonial de origem europeia decuplicar no país no século XVIII (FURTADO, 1989).

Ademais, a economia mineira provocou significativas mudanças para as regiões vizinhas, pois como estava distante do litoral e dispersa na região montanhosa, dependia de um sistema de transporte que permitisse o abastecimento local de alimentos. Não só o gado do nordeste foi deslocado para a região mineira, em função de seu crescimento e da decadência da economia açucareira; como a demanda de gado para corte e de muares para transporte, vindos do Rio Grande do Sul, constituiu um mercado superior ao proporcionado pela economia do açúcar nos períodos de máxima prosperidade. “Deste modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país.” (FURTADO, 1989, p. 77).

Segundo Tavares (1999), a economia mineira, instalada no coração de Minas Gerais, “[...] já começara a ocupação extensiva do nosso vasto território interior, com os negócios de gado e muares, o primeiro movimento de integração nacional, à dos negócios metropolitanos”.

O território da economia mineira se estendia desde a serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, até a região de Cuiabá, passando pelo estado de Goiás. Em algumas áreas, a produção

subiu e declinou rapidamente provocando grandes fluxos e refluxos populacionais; em outras, a queda da produção foi mais lenta, provocando um desenvolvimento demográfico mais regular e a fixação definitiva de núcleos importantes de população (FURTADO, 1989).

Gorender (2010) sintetizou os efeitos da economia mineradora:

[...] aumento rápido da população colonial, ampliação da ocupação territorial em direção ao interior, propensão marcante à urbanização, formação de ponderável mercado interno, acentuação da divisão social do trabalho e estreitamento dos vínculos econômicos interregionais, influência histórica de Portugal e repercussão na economia europeia, em particular da Inglaterra, enfim aguçamento das contradições entre colônia e metrópole (GORENDER, 2010, p. 465).

A exploração de ouro de aluvião guarda uma característica importante: do mesmo modo que é fácil sua exploração, mais rápido ocorre o esgotamento dos depósitos de ouro nos rios. Na economia mineira, o apogeu ocorreu entre 1750 e 1760, sendo que o auge da exportação de ouro se deu no final dessa década. Nos anos seguintes ocorreu o esgotamento da exploração, a produção de ouro recuou no terceiro quartel do século, não dando tempo para que se criassem nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica (FURTADO, 1989).

Após o declínio da mineração do ouro no século XVIII, não havia outro produto primário que pudesse ser competitivo no mercado internacional e que dinamizasse as exportações brasileiras. No entanto, o café surgiu em diferentes regiões do país, notadamente, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, locais onde concentravam 95% da produção nacional, provocando notáveis transformações socioeconômicas e estruturais. Mas, será visto mais adiante, que foi em São Paulo que o “capital cafeeiro” não só formou uma indústria eficiente e com alta produtividade, como desenvolveu uma agricultura mercantil capaz de abastecer, em grande medida, a própria economia paulista.

No próximo tópico serão expostos os motivos pelo qual a industrialização do Brasil não surgiu no início do século XIX. E como o café pode se assentar nas estruturas herdadas do antigo sistema econômico mineiro. O café serviu tanto para reintegrar o Brasil no capitalismo internacional, já que, após o esgotamento da exploração de ouro, o país ficou à margem da economia mundial, como criou as condições para a industrialização do final do século XIX e início do século XX.

3 A Produção Cafeeira e o Advento da Industrialização

Entre a indústria moderna e a primitiva indústria artesanal da colônia ocorreu um grande hiato. A indústria artesanal colonial praticamente desapareceu quando surgiu a moderna indústria brasileira. Em 1808, a abertura dos portos foi crucial para por fim a indústria artesanal colonial, quando permitiu a entrada de produtos europeus submetidos a baixas tarifas alfandegárias. A concorrência com produtos de melhor qualidade, mais variados e com baixos preços aniquilou a indústria nacional (PRADO JÚNIOR, 1988; FURTADO, 1989).

A substituição do entreposto português pelo inglês que esteve associada às novas tarifas alfandegárias, vantajosas aos produtos ingleses; as maiores facilidades de transporte e comercialização, devidas ao estabelecimento de inúmeras firmas inglesas no país, culminaram em uma baixa relativa dos preços dos produtos manufaturados importados, sobretudo, da Inglaterra, que serviram como entrave ao desenvolvimento da indústria nacional.

Outras circunstâncias dificultavam o florescer da indústria no Brasil: (i) escassez de fontes de energia, já que o carvão brasileiro é de baixa qualidade; (ii) ausência da indústria siderúrgica, essencial para o desenvolvimento industrial; (iii) diminuto mercado interno, devido à população escrava (PRADO JÚNIOR, 1988).

No segundo quartel do século XIX, a economia do Brasil atravessou uma fase de fortes desequilíbrios que foram “[...] determinados principalmente pela baixa relativa dos preços das exportações e pela tentativa do governo, cujas responsabilidades se haviam avolumado com a independência política, de aumentar sua participação no dispêndio nacional” (FURTADO, 1989, p. 99).

O mercado consumidor, além de pequeno, estava disperso espacialmente no enorme território brasileiro devido à histórica formação de cada uma das regiões do país. Cada qual se orientava independentemente para a exportação de algum produto em particular. Prado Júnior (1988) destacou que a estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras era largamente separada umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes, visto que a:

Orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis. Os poucos milhões de habitantes espalhavam-se ao longo de um litoral de quase 6.000 km de extensão, e sobre uma área superior a 8 milhões de km²; agrupavam-se por isso em pequenos núcleos largamente apartados uns dos outros, e sem contatos apreciáveis. Em assim constituído o mercado que se oferecia à indústria brasileira; não lhe podia ser mais desfavorável (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 258).

Embora as condições fossem desfavoráveis, o mercado consumidor brasileiro começou a crescer e a demandar produtos manufaturados importados, os quais pressionaram a balança comercial em meados do século XIX (PRADO JÚNIOR, 1988; FURTADO, 1989). Esse descompasso entre as importações e as exportações pressionou o câmbio, que se desvalorizou e, segundo Prado Júnior (1988), “[...] formará por seu turno um dos estímulos a produção nacional.”

Para Furtado (1989, p.99), “[...] na ausência de uma corrente substancial de capitais estrangeiros ou de uma expansão adequada das exportações, a pressão teve de resolver-se em depreciação externa da moeda, o que provocou por seu lado um forte aumento relativo dos preços dos produtos importados.”

As necessidades financeiras do tesouro público acarretaram na elevação das tarifas alfandegárias a partir de 1844¹ que, mesmo que não fossem direcionadas como proteção industrial e, apesar de contrária aos interesses da classe dirigente nacional de grandes proprietários rurais, pois encareciam os gêneros da produção agrícola direta e indiretamente, estimulariam a manufatura em terras brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1988).

“A causa principal do grande atraso relativo da economia brasileira na primeira metade do século XIX foi, portanto, o estancamento de suas exportações” (FURTADO, 1989, p.107). Excluído o café, o valor das exportações de 1850 é inferior ao que provavelmente foi no começo do século. De tal modo que “[...] fomentar a industrialização nessa época, sem o apoio de uma capacidade para importar em expansão, seria tentar o impossível num país totalmente carente de base técnica” (FURTADO, 1989).

A elevação das tarifas alfandegárias e a disponibilidade de algodão, matéria prima importante, impulsionaram o surgimento da indústria têxtil, que se amparou nos investimentos efetuados pelo governo imperial. Prado Júnior (1988) assinalou que no decênio posterior a 1850 existiam 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 empresas de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro.

Além da indústria têxtil, outros setores também surgiram, de acordo com Suzigan (2000), quais sejam: as cervejarias, as fundições, a agroindústria do açúcar, o segmento de chapéus e o ramo de calçados elaborados de maneira artesanal, atividades essas, que configuravam o limitado desenvolvimento industrial do período, em face do restrito mercado consumidor interno.

O surto de atividades da década de 1850, interrompido momentaneamente pela Guerra do Paraguai, será retomado a partir de 1870. Segundo Prado Júnior (1988, p.194), “[...] os

diferentes empreendimentos industriais, comerciais e, sobretudo agrícolas continuam a se multiplicar em ritmo crescente, e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto”. O autor destacou que a indústria brasileira atingiu seu primeiro surto considerável na última década do Império (1880-1889), quando o número de estabelecimentos industriais saltou de pouco mais de 200, em 1881, para mais de 600, em 1889.

Essa acumulação capitalista, segundo Prado Júnior (1988), derivou especialmente das atividades agrícolas. Furtado (1989) assinalou que os produtos tradicionais de exportação como açúcar e o algodão encontravam-se com dificuldades. O fumo, os couros, o arroz e o cacau eram produtos de importância menor e não tinham grandes perspectivas de expansão.

Todavia, a partir da primeira metade do século, o café assume importância comercial, sendo esse produto o responsável pelo surgimento dos principais investimentos em infraestrutura a partir do segundo quartel do século XIX. O café encontrou, no território nacional, todas as condições naturais favoráveis ao seu cultivo (clima, solo, relevo e altitude), tornando-se o principal produto da pauta exportadora brasileira.

O café fora introduzido no Brasil no início do século XVIII², sendo cultivado por toda parte para consumo local, só assumindo importância comercial no final do século quando ocorre a elevação dos preços internacionais devido à desorganização da produção haitiana, que era o grande produtor da época (FURTADO, 1989).

Nos anos 1810, o café já era o terceiro produto mais importante da pauta de exportação brasileira, respondendo por 18% das vendas externas, sendo superado apenas pelo açúcar e algodão. Nos vinte anos seguintes, o café ultrapassa o açúcar e o algodão e se estabelece como o principal produto de exportação do Brasil, permanecendo com a liderança por mais de um século (FURTADO, 1989).

Por meio da comparação entre as principais regiões produtoras de café entre 1850 e 1930, Cano (2002; 2007a) procurou entender como diferentes regiões apresentaram padrões diferenciados de desenvolvimento e porque o sucesso do desenvolvimento ocorreu na região paulista, onde o legado do complexo cafeeiro foi determinante para um novo processo de desenvolvimento. Porém, essa virtuosidade não foi observada em todas as regiões do país. A produção cafeeira da região Sudeste, especialmente a do Oeste de São Paulo, propiciou condições favoráveis à acumulação de capital e ao desenvolvimento da indústria.

No Rio Janeiro, o café foi estabelecido em latifúndios no Vale do Paraíba por meio da mão de obra escrava remanescente da mineração. Com a expansão da oferta brasileira e a queda dos preços, o consumo de café foi generalizado no mercado internacional, levando a produção fluminense a saltar de 1 milhão de sacas, em 1835, para 2,6 milhões, em 1882.

Contudo, com o fim do tráfico negreiro, a dificuldade de reprodução de escravos e o aumento do preço deles, o trabalho escravo foi intensificado, ainda mais, na produção cafeeira, inviabilizando a produção de outros gêneros alimentícios, que passaram a ser importados. Ademais, com a necessidade de buscar novas terras ao cultivo, cada vez mais interiorizadas e caras, os custos expandiram-se e, mesmo com a introdução da máquina de beneficiamento e da ferrovia, atividades poupadoras de mão de obra e redutoras de custo, a crise do setor persistiu, levando à sua derrocada (CANO, 2002; 2007a).

Uma vez que o Rio de Janeiro era a sede do governo central – o que contribuiu tanto para a sua urbanização como para a centralização comercial e financeira do país – e o seu porto era o mais importante do Brasil, a crise cafeeira pela qual passou não o afetou tanto, visto que captava o excedente de outras regiões cafeeiras (Espírito Santo, Vale do Paraíba paulista e Minas Gerais), via arrecadação tributária advinda do comércio, das finanças, do transporte, do Estado e do porto. Com isso, a burguesia local conseguiu reproduzir seu capital, o que levou à industrialização precoce do Rio de Janeiro. Todavia, a posterior crise cafeeira do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira, somada à construção do porto de Santos e às melhorias do porto de Vitória, reduziu o fôlego da indústria fluminense.

Conforme Cano (2002), a constituição da economia cafeeira de Minas Gerais ocorreu de forma análoga à fluminense, porém, ao contrário desta última, que perdeu posição relativa, a cafeicultura mineira manteve, entre os anos 1876 e 1930, uma participação de 20% da produção nacional. Mesmo tomando parte da produção de café perdida pelo Rio de Janeiro, o estado de Minas Gerais dependia fortemente do sistema de comercialização e financiamento do Distrito Federal que, por sua vez, capturava o excedente mineiro, dificultando a diversificação de sua economia. Desse modo, a maior parte das ferrovias que passavam pelo estado não era de sua propriedade, ou seja, as duas principais (Mogiana e Leopoldina) pertenciam, respectivamente, ao capital privado cafeeiro paulista e ao governo federal.

Embora a cafeicultura mineira se beneficiasse de uma população escrava significativa, que amortizou o efeito da alta do preço do escravo, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho europeu assalariado, com o advento da abolição, foi impossibilitada, uma vez que essa economia estava subordinada ao capital mercantil fluminense. A saída para essa crise foi dividir o latifúndio em pequenas propriedades que passaram a incorporar os homens livres em regime de parceria. Entretanto, como não se constituiu o regime de assalariamento na região, não foi gerada uma força produtiva capitalista capaz de dinamizar e diversificar o complexo cafeeiro mineiro. Assim, “Sua indústria, dada a dispersão urbana, a precariedade de sua cafeicultura e as grandes distâncias que separavam Minas Gerais de São Paulo e do Rio de

Janeiro, estruturou-se, fundamentalmente, de forma dispersa e caracterizada pela pequena e média empresa.” (CANO, 2002, p. 59).

No Espírito Santo, a cafeicultura surgiu, em um primeiro momento, na década de 1840, substituindo a cana-de-açúcar nos latifúndios próximos ao litoral. Em um segundo momento, a partir de 1860, com a crise do café no Vale do Paraíba, que levou a uma corrente migratória para o Espírito Santo em busca de terras devolutas no sul do estado, e diante da exígua densidade econômica e populacional na província capixaba, o governo provincial facilitou a colonização e o acesso à terra, notadamente, de pequena e média propriedade (CANO, 2002).

Enquanto o regime de trabalho era escravista no latifúndio; nos núcleos coloniais, ele era camponês, com produção de subsistência associada ao café. Contudo, a estrutura fundiária só parecia “dual”, pois os latifúndios, embora de grande dimensão, reservavam pequeno espaço efetivo para a produção de café. Portanto, predominaram no estado os pequenos estabelecimentos cafeeiros. Com a abolição da escravatura e a crise do café de 1897/1905, houve o retalhamento do latifúndio e o café foi substituído, em parte, pela cana-de-açúcar, pela pecuária e pelas culturas de subsistência. Assim, não surgiu no Espírito Santo uma economia de base assalariada que possibilitasse a diversificação agrícola e industrial.

A crise do café no Vale do Paraíba forçou a expansão dessa cultura para Minas Gerais, para o Espírito Santo e para o oeste paulista. Nesta última região, não só a terra era mais fértil e a topografia melhor, como a idade mais nova do cafezal e a técnica mais avançada de cultivo levaram ao aumento do lucro. Com a introdução da ferrovia, além de se solucionar o problema da maior distância até o porto e do custo de produção mais elevado, contribuiu-se para o desbravamento de novas terras. O uso da máquina de beneficiamento na cafeicultura paulista também colaborou para a poupança de mão de obra, para a redução de custos e para o aumento da produtividade e do lucro. No entanto, com o fim do tráfico negreiro e o aumento do preço do escravo, a burguesia cafeeira paulista precisou encontrar uma solução para superar esse impasse. A imigração europeia contribuiu não só para resolver o problema da falta de mão de obra, ao constituir um mercado de trabalho rural, com sobras para o mercado de trabalho urbano, como criou uma estrutura de consumo de massa, o que levou ao aumento e à diversificação das importações. Desse modo, o “capital cafeeiro” paulista, de um lado, colaborou para o surgimento de muitas atividades dinâmicas, tais como: a ferrovia, o porto, as estradas, a construção civil, a indústria, os bancos, o comércio, entre outras. Por outro lado, o assalariamento do café proporcionou um considerável mercado de bens saláris, reforçado por um perfil de renda não muito concentrador (CANO, 1997; 2002).

De acordo com Cano (2007a), ao contrário das demais regiões cafeeiras, como a do Rio de Janeiro, pela decadência do café e pela precária agricultura; a de Minas Gerais, pela indústria dispersa e pela limitação de seu mercado; e a do Espírito Santo, pela pouca diversificação agrícola e industrial; São Paulo não só formou uma indústria eficiente e com alta produtividade, o que a tornou mais competitiva do que a do restante do país, como desenvolveu uma agricultura mercantil capaz de abastecer, em grande medida, a própria economia paulista. Dessa forma, a expansão industrial de São Paulo foi motivada pelo seu próprio dinamismo e não pela apropriação de recursos advindos da “periferia nacional”. Esta, por sua vez, perdeu espaço, tanto pela débil integração ao mercado internacional, quanto por não ter desenvolvido relações capitalistas de produção mais avançadas capazes de diversificar sua estrutura econômica.

4 O Estado de São Paulo como *Lócus* Integrador da Economia Nacional

Entre os anos 1907 e 1919, a indústria brasileira crescia 3,5 vezes, enquanto a indústria paulista crescia 8,5 vezes, o que contribuiu para alterar a participação desse estado, no total nacional, de 15,9% para 31,5%. O maior dinamismo da indústria de São Paulo foi motivado pela economia cafeeira que, além de resolver os problemas de infraestrutura (transporte ferroviário, porto marítimo, comunicações e urbanização) que possuía, formou e desenvolveu um amplo mercado de trabalho. Somente em meados de 1920 que o capital estrangeiro, em forma de investimento direto, passou a ter alguma importância como fonte de recurso para a indústria paulista (CANO, 2007a).

Como o desempenho da agricultura paulista garantia não só o suprimento da força de trabalho, bem como abastecia a indústria nascente com matérias-primas, a pressão de custos de produção sobre a formação industrial era menor do que em outras regiões. Já nos estados em que a dicotomia ‘latifúndio/minifúndio’ predominava e cuja agricultura não tinha condições de abastecer os trabalhadores urbanos com oferta de alimentos, a taxa salarial da indústria tinha que ser bem maior do que a agrícola. Assim, enquanto, em São Paulo, um operário têxtil tinha um salário 45% maior do que um trabalhador rural, essa diferença era de 72% no Rio Grande do Sul, de 75% no Rio de Janeiro e de 78% para a média brasileira.

Até a primeira Guerra Mundial, a indústria de São Paulo contava com um mercado de consumo maior que a sua capacidade de oferta, o que foi um estímulo para a sua concentração de produção industrial, visto que atendia, momentaneamente, a demanda por importações restringida pela guerra. Por sua vez, na década de 1920, com a expansão da produção paulista, houve a necessidade de conquistar mercados “exteriores” para viabilizar o processo de

acumulação e evitar a ociosidade de parte dos equipamentos. Nesse período, as exportações paulistas para o restante do país subiram de, aproximadamente, 15% para mais de 25%. Nos anos 1930, esse percentual se expandiu para 50%.

Esses dados revelam uma crescente integração do mercado nacional, com predominância da economia paulista. Essa integração, entretanto, é, ao mesmo tempo, reveladora de um específico sistema de trocas inter-regionais: de São Paulo para o resto do país, aumentam continuamente as exportações de produtos industriais ao passo que as importações paulistas vão cada vez mais se constituindo de matérias-primas e de gêneros alimentícios, demonstrando claramente uma relação estrutural de comércio típica de “centro-periferia” (CANO, 2007a, p. 241).

Com exceção do Rio de Janeiro, as demais regiões brasileiras eram quase desprovidas de indústria, como o Centro-oeste e o estado do Espírito Santo, ou implantaram uma indústria vinculada a uma base agrícola tradicional, tais como: a madeira serrada no Pará; o sal e o açúcar no Nordeste; os laticínios em Minas Gerais; o charque e a banha no Rio Grande do Sul e a erva mate no Paraná. Essa concentração pouco se associava a uma dinâmica industrial própria; ela estava vinculada a uma dotação de recursos naturais ou a uma base agrícola previamente estabelecida. No entanto, dado o desempenho agrícola paulista, antigos e tradicionais supridores de alimentos e de matérias-primas para o seu mercado foram substituídos por produção local, como foi o caso do algodão e do açúcar nordestinos. Assim, os segmentos industriais das demais regiões que mais cresceram foram os vinculados à complementação industrial da economia paulista.

Entre 1919 e 1929, o estado de São Paulo apresentou um resultado notório, com exceção da crise do preço do café de 1921/1922, da revolução de 1924 e da depressão de 1929. Nesse período, a produção cafeeira se elevou em 50% e as exportações desse produto cresceram 25% em *quantum* e 118% em valor (libras esterlinas). Houve uma diversificação da agricultura e uma forte expansão da área cultivada, com introdução de máquinas, de insumos modernos e de pesquisa científica, financiados tanto pelo Estado como pela iniciativa privada; excluído o café, a agricultura paulista já correspondia a 21% do total nacional, com base no Censo de 1920. Além da expansão da infraestrutura, com a consolidação da linha ferroviária, a expansão da rede de bondes elétricos e a introdução dos ônibus urbanos, a indústria de transformação paulista apresentava uma taxa média de crescimento anual de 6,6% entre 1920 e 1928, enquanto a média brasileira era 3,3%. Assim, a concentração industrial de São Paulo passou de 31,5% do total nacional, em 1919, para 37,5% em 1929. O segmento industrial não só se tornou mais complexo, com a introdução da metalúrgica, da mecânica, do material elétrico, do material de transporte e da química, como a consolidação da economia paulista

atraiu grandes empresas internacionais para produzir ou montar produtos de maior complexidade tecnológica, tais como: Firestone, Ford, GE, GM, Internacional, Kodak, Nestlé, Phillips, Pirelli, RCA, Rhodia, Unilever e outras. Houve também uma ampliação do comércio e dos serviços, com a expansão dos bancos nacionais e dos serviços de saúde, educação, saneamento, alimentação, habitação e transportes (CANO, 1997).

Diante de todo o esforço de acumulação produtiva promovido na década de 1920, por meio das exportações de café, especialmente de São Paulo, e de outros produtos exportáveis advindos do restante do país, obteve-se, no final do período, uma acentuada capacidade ociosa, o provocou, em 1929, uma sobreacumulação cafeeira e industrial. As forças sociais intensificaram-se e o Estado passou a intervir mais na economia, a fim de preservar a industrialização e de integrar o mercado nacional. Assim,

Dado que fora em São Paulo que se haviam desenvolvido os dois maiores e mais modernos segmentos produtivos do país – a agricultura e a indústria –, era natural que tanto os efeitos da crise poderiam ser mais devastadores do que no resto do país, quanto, pela decisiva ação do Estado, a recuperação iria concentrar maiormente aí, seus principais frutos (CANO, 1988, p. 72).

De 1929 a 1933, nas regiões em que a indústria se desenvolveu de modo significativo, o padrão de acumulação pautado no modelo primário exportador alterou-se, passando para segundo plano, ao passo que a indústria se tornou o principal determinante do nível de atividade econômica.

Na percepção de Furtado (1989), dada a situação precária vivida pela economia cafeeira no período de depressão, o setor que produzia para o mercado interno passou a oferecer melhores oportunidades de investimento do que o setor exportador. Assim, criou-se uma situação nova na economia brasileira, na qual a procura interna passou a ser o novo elemento dinâmico do país. A produção industrial, que se destinava totalmente para o mercado interno, sofreu uma queda no período de depressão e, em 1933, já havia recuperado o nível de 1929. Além de serem impulsionadas por maiores lucros, as atividades ligadas ao mercado interno também atraíam capitais que se desinvertiam no setor de exportação.

Dáí não haver dúvidas sobre o fato de que seria a região de São Paulo que poderia conduzir predominantemente o novo padrão de acumulação e integrar o mercado nacional sob sua determinação econômica. O novo padrão de acumulação seria dominado pelo capital industrial e este, majoritariamente, estava sediado em São Paulo; era ali onde se concentravam seus maiores interesses, maior mercado, maior capacidade de articulação inter-setorial, maiores ganhos de escala e de economias externas e o mais bem constituído mercado de trabalho (CANO, 2007b, p. 185-186).

Enquanto nas décadas de 1930 e de 1940 construíram-se as rodovias Rio-Petrópolis, São Paulo-Santos e São Paulo-Campinas; na década de 1950, inauguraram-se as rodovias São Paulo-Rio, São Paulo-Curitiba, Curitiba-Porto Alegre, Rio-Belo Horizonte, Rio-Salvador, Belo Horizonte-Brasília, Brasília-Belém, São Paulo-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, a fim de remover as barreiras que prejudicavam a integração do mercado interno. O resultado foi a intensificação do comércio inter-regional para todas as regiões brasileiras, de uma lado, e o aumento da competição de determinados produtos, em virtude da ausência de barreiras protecionistas, de outro, o que reforçou ainda mais a concentração industrial em São Paulo e, de modo secundário, nas regiões vizinhas (CANO, 2007b).

Tanto as dificuldades enfrentadas durante a década de 1930, como as decorrentes da segunda Guerra Mundial restringiram o investimento industrial, levando à diminuição da capacidade para importar. Mesmo assim, o esforço de inversão verificado para o caso de São Paulo foi positivo, uma vez que os pequenos investimentos promovidos pelo capital estrangeiro na década anterior continuaram ampliando e diversificando a base produtiva paulista. Desse modo, não só se verificou a expansão dos bens de consumo no período, como os bens de produção cresceram a taxas elevadas. No restante do país, a indústria também cresceu, porém a um ritmo inferior ao de São Paulo.

Entre 1949 e 1959, o setor de bens intermediários, mais avançado tecnologicamente e gerador de menos emprego, cresceu de forma intensa em todas as regiões brasileiras. Contudo, os setores de bens de consumo durável e de capital, que empregam mais, cresceram, em grande medida, em São Paulo, o que explica o desempenho ocupacional que esse estado apresentou no período. Mesmo com a queda da taxa média anual de crescimento industrial da economia paulista, entre as décadas de 1950/60 e de 1960/70, que passou de 10,8% para 7,8%, a concentração industrial de São Paulo aumentou de 55,5% para 58,3% (CANO, 1988).

Na opinião de Cano (2007a), a concentração industrial de São Paulo foi reforçada por um amplo programa de investimento público e privado, realizado entre 1956 e 1961, ou seja, o Plano de Metas; por meio dele, implantou-se a indústria pesada e de bens de consumo durável no país, o que contribuiu para a modificação do padrão de dominação do mercado nacional. Entre 1962 e 1967, por sua vez, parte do excedente gerado no pólo dinâmico, que não podia ser invertido no próprio pólo em razão do sistema de incentivos fiscais criado para desenvolver o Nordeste e outros locais, foi canalizado para as regiões incentivadas e para vários setores, tais como: a pesca, o turismo, o reflorestamento, o mercado de capitais, a fabricação estatal de aviões e outros. Assim, a partir do processo de industrialização pesada

instaurado no pólo, não só se centralizaram as decisões de investimento como não fazia sentido falar em industrialização “autônoma” em qualquer outra região.

Em síntese, na visão de Cano (2007b), o processo de integração do mercado interno provocou três efeitos diferentes: os de bloqueio, ao não se repetir na periferia nacional o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo; esses efeitos puderam ser parcialmente contornados por decisões políticas de investimentos, tomadas pelo governo federal. Os de destruição, manifestados pela concorrência que os empreendimentos mais eficientes feitos pelo pólo mais dinâmico exerceram sobre os similares periféricos, que apresentavam alguma desvantagem concorrencial. E, por fim, os de estímulo, que se revelaram pela ampliação do grau de complementaridade (agrícola e industrial) inter-regional.

5 Considerações finais

Ao longo da história, o Brasil passou por vários ciclos econômicos, tais como: açúcar, ouro, algodão, café e borracha. Neste trabalho, foi dada mais ênfase aos ciclos do açúcar, do ouro e do café.

Quase todas as atividades econômicas relevantes implantadas no Brasil colônia foram direcionadas para o comércio internacional. Essa característica é marcante na forma como se organizaram os espaços no Brasil, que foi resultado de ocupações para proteção do território, mas com sentido econômico.

Entre os séculos XVI e XVII, a produção de açúcar se iniciou no país, ganhou notoriedade na pauta de exportação brasileira, atingiu seu auge e perdeu participação no comércio internacional, embora nunca tenha saído da pauta exportadora nacional. Para viabilizar a produção de açúcar, era preciso fazer-se uso da grande propriedade e da mão de obra escrava.

Já na economia mineira, a exploração por pessoas de recursos limitados era possibilitada, visto que se buscava o metal de aluvião depositado no fundo dos rios. Além disso, como a economia mineira ocorreu no interior do país, ela conseguiu articular as diferentes regiões brasileiras, provocando significativas mudanças em cada uma delas.

Após o declínio da mineração do ouro no século XVIII, o café surgiu nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, locais onde concentrava 95% da produção nacional. Embora a produção de café tenha propiciado importantes transformações socioeconômicas e estruturais por onde passou, essas mudanças foram mais notáveis em São Paulo.

Ao contrário das demais regiões cafeeiras, São Paulo não só formou uma indústria eficiente e com alta produtividade, o que a tornou a mais competitiva do país, como desenvolveu uma agricultura mercantil capaz de abastecer a própria economia paulista. Assim, a expansão industrial paulista foi motivada por seu próprio dinamismo e não pela apropriação de recursos advindos da “periferia nacional”.

REFERÊNCIAS

CANO, W. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: ANAIS DO VI ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, *Anais...* v. 2, 1988, p.67-99.

Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). In: _____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2007a.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3.ed. São Paulo: UNESP, 2007b.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar as máscaras sociais. In: _____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. Local: Contexto, 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Sentido da colonização. In: _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NOTAS:

¹ Após 1808, o privilégio aduaneiro concedido à Inglaterra, e a posterior unificação das tarifas em 15% *ad valorem* após a independência, criaram sérias dificuldades financeiras ao governo imperial brasileiro, que tinha no imposto de importações, como toda economia primária exportadora, sua principal fonte de arrecadação. Em 1844, a elevação das tarifas aduaneiras sofreu veementes protestos de outros países, especialmente da Inglaterra (PRADO JÚNIOR 1988; FURTADO, 1989).

² O café foi introduzido no Brasil em 1727, disseminando-se pelas províncias do Pará a Santa Catarina e do litoral até o interior de Goiás, porém, é no vale do rio Paraíba, que ganhou sua primeira grande lavoura, subindo, em seguida, para São Paulo e se estendendo até Minas Gerais. O café também se orientou para o Rio de Janeiro, onde, após a segunda metade do século XIX, alcançou seu auge e, posteriormente, entrou em declínio, diante do esgotamento do solo. Todavia, esses efeitos nem foram

computados pelo país, porque o oeste de São Paulo, centralizando-se em Campinas e se estendendo até o norte de Ribeirão Preto, substituiu a região cafeeira anterior, tornando-se o maior pólo produtor do país e a província mais rica do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1994).